



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

RECEBI EM 10/12/19

Sec. Geral da Mesa

Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa

EMENDA Nº ____/2019

Art. 1º Dê-se ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 03/19 a seguinte redação:

"Art.44.

§ 2º Os servidores de que trata o caput poderão aposentar-se aos 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, desde que cumprido período adicional de contribuição correspondente à metade do tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir o tempo de contribuição previsto na Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985." (NR)

"Art.49.

§ 4º O servidor público estadual que, até 1º de janeiro de 2023, conte com mais de 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se mulher, e com mais de 38 (trinta e oito) anos de contribuição, se homem, poderá aposentar-se voluntariamente com redução em 2 (dois) anos das idades previstas no inciso I do caput." (NR)

"Art.52.....

§ 8º A pensão por morte devida a dependentes do policial civil, agente penitenciário e agente socioeducativo decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função será vitalícia para o cônjuge ou companheiro e equivalente à remuneração do cargo.

§ 9º As regras sobre pensão previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas por lei referente ao regime próprio de previdência social do Estado.

§ 10. Até a edição de lei complementar federal com disciplina diversa, na forma do art. 22, XXI, da Constituição Federal, aplica-se o disposto neste artigo à pensão por morte devida a dependentes de militares do Estado." (NR)



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

JUSTIFICATIVA

O texto original do art. 44, § 2º, prevê regra de transição específica para o servidor policial civil, agente penitenciário ou agente socioeducativo, com idade mínima reduzida em relação à regra do caput (55 anos), mas com tempo adicional de contribuição, vulgarmente conhecido como "pedágio". A proposta encaminhada pelo Chefe do Executivo prevê tempo adicional correspondente a 100% de tempo que faltaria para atingir, na data de publicação da Emenda, o tempo de contribuição previsto na Lei Complementar nº 51/1985 (30 anos de contribuição para homem; 25 anos, para mulher).

Com a modificação ora proposta, esse pedágio é reduzido para 50%, nos mesmos moldes já previstos para o servidor público civil em geral (art. 49, IV, do ADCT), de modo a conferir tratamento mais isonômico na reforma.

Já quanto ao art. 49 do ADCT, propõe-se a inclusão do § 4º, pelo motivo a seguir: no geral, o dispositivo reproduz regra de transição prevista no art. 20 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. A regra institui o sistema de pedágio, já referido acima, mas para os servidores civis em geral, e não para uma categoria específica. Ocorre que o Chefe do Poder Executivo resolveu incorporá-la ao ordenamento jurídico estadual com certo temperamento, com pedágio reduzido em relação à reforma federal, correspondente a 50% do tempo faltante na data de publicação da Emenda. No entanto, a regra não prevê qualquer tipo de compensação ou redutor da idade para aqueles servidores que já ultrapassaram o requisito do tempo mínimo de contribuição (30/35 anos).

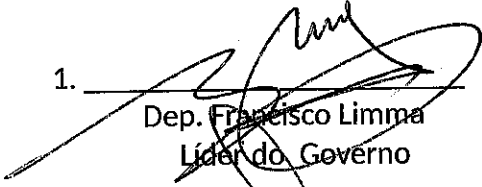
O § 4º institui, então, transição diferenciada para aqueles servidores que já contam, até 1º.01.2023, com mais de 35 anos de contribuição (mulher) ou com mais de 38 anos de contribuição (homem), caso em que a idade mínima aplicável ao art. 49 (57/60 anos) será reduzida em 2 (dois) anos.


No art. 52, foi incluído o § 8º, que trata da pensão por morte devida a dependentes de policiais civis, penitenciários ou agentes socioeducativos decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função. Regra semelhante foi prevista no art. 10, § 6º, da EC nº 103/2019, mas restrita aos policiais federais. Como forma de dar tratamento isonômico para os policiais civis estaduais, propõe-se inclusão, modificando a redação original do § 8º. Os §§ 8º e 9º do art. 52 do ADCT foram renumerados, respectivamente, para §§ 9º e 10, sem qualquer modificação no texto.

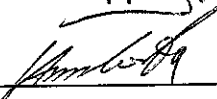
Sala das Comissões, em Teresina - PI, de dezembro de 2019.

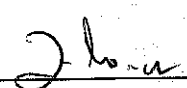


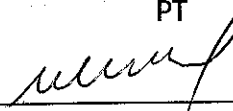
Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

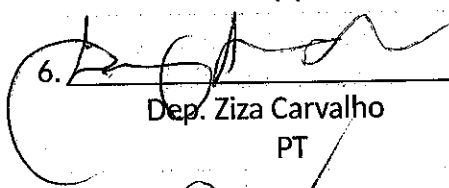
1. 
Dep. Francisco Lima
Líder do Governo


2. 
Dep. Franze Silva
PT

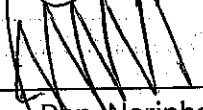
3. 
Dep. Francisco Costa
PT

4. 
Dep. Flora Izabel
PT

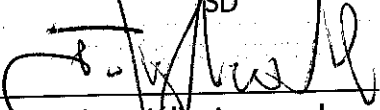
5. 
Dep. Warton Lacerda
PT


6. 
Dep. Ziza Carvalho
PT

7. 
Dep. Cicero Magalhães
PT

8. 
Dep. Nerinho
PTB

9. 
Dep. Evaldo Gomes
SD

10. 
Dep. Julio Arcoverde
PROGRESSISTAS

11. 
Dep. Firmino Paulo
PROGRESSISTAS



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

12. _____

Dep. Hélio Isaías
PROGRESSISTAS

13. _____

Dep. B. Sá Filho
PROGRESSISTAS

14. _____

Dep. Wilson Brandão
PROGRESSISTAS

15. _____

Dep. Oliveira Neto
PPS

16. _____

Dep. Georgiano Neto
PSD

17. _____

Dep. Dr Hélio
PR

18. _____

Dep. Coronei Carlos Augusto
PR

19. _____

Dep. Fábio Xavier
PR

20. _____

Dep. Gessivaldo Isaías
PRB

21. _____

Dep. João Madison
MDB

22. _____

Dep. Severo Eulálio



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

23. _____

MDB

HP

Dep. Henrique Pires

MDB

24. _____

Pablo S

Dep. Pablo Santos

MDB

25. _____

Dep. Themístocles Filho

MDB

Henrique Pires

Pablo Santos